IA E PROPRIEDADE INTELECTUAL: O DESAFIO DA REGULAÇÃO

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Isabelly Valim
Liliane De Melo Rodrigues
Alice Torquato Oliveira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

Um dos temas em constante discussão no poder legislativo no Brasil são os desafios para lidar com o aumento sem precedentes do uso de inteligências artificiais como desenvolvedores de criações artísticas ou intelectuais, que são reguladas pela Lei de Direitos Autorais Nº 9.610/98.
A Lei acima citada, de 19 de fevereiro de 1998, deriva de artigos do Código Civil, que, desde o início do século XIX, trazia a proteção da propriedade intelectual em todos os seus aspectos. Porém, atualmente, há a necessidade de projetos de leis como o PL 2338/2023, que propõe o marco legal da inteligência artificial, ou ainda, o PL 4025/2023 que exige a autorização expressa de pessoas envolvidas para o uso de imagens e de obras por sistemas de inteligência artificial para estabelecer diretrizes mais abrangentes quanto a esta temática legal.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa consiste em debater os desafios atuais da regulamentação no que tange propriedade intelectual referente à criação da mente humana, como invenções, obras literárias e artísticas, símbolos, nomes e imagens usados no comércio.

Material e Métodos

Este estudo envolve uma observação descritiva meticulosa de periódicos, doutrinas jurídicas e uma interpretação detalhada do Código Civil Brasileiro, com foco especial no direito das coisas. A Lei de Direitos Autorais também é um componente crucial desta análise, dada a sua relevância para a pauta em questão. Além disso, Projetos de Lei específicos, como o PL 2338/2023 e o PL 4025/2023, são considerados devido à sua pertinência direta ao tema.
É importante notar que a internet se tornou uma fonte inestimável de informações sobre este assunto. Existem inúmeros artigos disponíveis em websites que discutem e analisam essas questões legais. Estes recursos online são uma parte integral do nosso estudo, pois eles fornecem uma visão atualizada e abrangente sobre o estado atual do direito das coisas, a Lei de Direitos Autorais e os projetos de lei relacionados.

Resultados e Discussão

A propriedade intelectual no Brasil é protegida por direitos autorais, patentes e marcas registradas. No entanto, a

propriedade intelectual relacionada à Inteligência Artificial (IA) apresenta desafios únicos, como a questão de quem detém os direitos de uma obra criada por IA.

A IA, um campo da ciência da computação que desenvolve sistemas para realizar tarefas que exigem inteligência humana, levanta questões significativas no Direito das Coisas. Por exemplo, quem detém os direitos de propriedade intelectual de uma obra de arte ou produto inventado por IA? E quem é responsável se uma IA causa danos? O Código Civil Brasileiro atual não aborda explicitamente essas questões, mas à medida que a IA avança e se integra mais à nossa sociedade, é provável que as leis se adaptem para lidar com esses desafios.

Conclusão

A Lei de 1998 não aborda a utilização de obras em meios virtuais, o que levou a debates sobre a difusão do conhecimento e a proteção dos direitos dos autores. É crucial equilibrar os direitos do autor e o acesso público à obra, um tema polêmico atualmente.

O impacto econômico no patrimônio intelectual dos autores é uma consideração importante, gerando pressão para que qualquer atualização da Lei não os prejudique, o que complica a condução deste assunto pelo Poder Legislativo Brasileiro.

Referências

- COSTA NETTO, José Carlos. Direito Autoral no Brasil. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- Universidade de São Paulo. (n.d.). Propriedade Intelectual. Pró-Reitoria de Pesquisa USP. Recuperado de https://pgt.prp.usp.br/_propriedade_intelectual_/